



# Município de ANTÔNIO CARLOS

CNPJ: 18.094.763/0001-04  
ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECRETO MUNICIPAL Nº 655 DE 22 DE MARÇO DE 2024.

Declara Situação de Emergência no Município de Antônio Carlos/MG afetadas por Chuvas Intensas.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no inciso V do artigo 110 da Lei Orgânica do Município e o disposto no art. 8º, VI, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC):

**CONSIDERANDO** que desde o dia 08 de março corrente, o Município de Antônio Carlos – MG vem sofrendo com chuvas intensas que estão a afetar as atividades econômicas e a atingir a sua população, quedas de árvores e galhos, quedas de muro, alagamentos de vias de acesso e residências.

**CONSIDERANDO** que a precipitação excessiva na Zona Urbana e na Zona Rural do Município poderá se estender, com previsão de novos temporais.

**CONSIDERANDO** que são necessárias providências urgentes para abrigar os atingidos, bem como ações de recuperação de vias urbanas e rurais,

### DECRETA:

**Art. 1º FICA DECLARADA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA** no município de Antônio Carlos/MG, em virtude do desastre classificado e codificado como CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4.

**Art. 2º** Ficam as Secretarias Municipais autorizadas a adotarem as ações e medidas urgentes necessárias ao atendimento dos cidadãos atingidos pelas chuvas.

**Art. 3º** De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal ficam autorizadas as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:



# Município de ANTÔNIO CARLOS

CNPJ: 18.094.763/0001-04  
ESTADO DE MINAS GERAIS

I - adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;


II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

**Parágrafo único.** Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

**Art. 4º** De acordo com o inciso VIII do artigo 75 da Lei nº 14.133 de 01.04.2021, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

**Art. 5º** Este Decreto tem validade por 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período e entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 22 de março de 2024.

  
**MARCELO RIBEIRO DA SILVA**  
CPF: 027.014.76-41  
Prefeito Municipal de Antônio Carlos